

Corte dos 28% afeta 1.580 professores

> **Ministério do Planejamento cortou percentual de mais de oito mil servidores da UFRJ. O valor era pago desde 2002. Sintufrj vai recorrer**

SILVANA SÁ

silvana@adufrrj.org.br

O Ministério do Planejamento cortou dos contracheques de professores e técnicos o valor correspondente à ação dos 28,86%. Para a surpresa da comunidade acadêmica, os salários de fevereiro já chegarão sem a rubrica.

A medida atinge 611 docentes dos 6.056 ativos e 969 dos 2.236 aposentados. Ao todo, cerca de oito mil servidores perderam o percentual. O direito foi conquistado por meio de ação movida pelo Sindicato dos Tra-

balhadores em Educação (Sintufrj).

O advogado do Sintufrj, André Viz, afirmou que já realiza medidas jurídicas pedindo a ilegalidade da medida, uma vez que o governo não respeitou o direito à ampla defesa dos servidores.

A reitoria afirmou que recebeu a notícia com surpresa e esclareceu que o corte foi uma “medida arbitrária” do Ministério do Planejamento. “Foi um ato unilateral do governo. A reitoria está no aguardo da ação do sindicato e estamos em contato com o Ministério para tentar uma reunião”, disse o pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes.

Em nota, a administração central afirma que vai disponibilizar “todo o suporte institucional cabível ao Sintufrj” para “proteger o poder aquisitivo dos servidores”.

HISTÓRICO

A chamada “ação dos 28%” visava ampliar para servidores da UFRJ o reajuste que os militares receberam em 1993. Em 1997 houve decisão favorável do Supremo Tribunal Federal, que entendia que todo o funcionalismo civil deveria obter o mesmo reajuste, mas o direito só foi incorporado aos contracheques em dezembro de 2002.

26% PRESERVADOS

■ A Diretoria da Adufrj esclarece que neste momento a ação dos 26,05% não é questionada pelo governo e não há risco de cortes para os servidores ativos. Já para quem se aposenta, há uma prescrição do Tribunal de Contas da União para que a universidade corte todos os percentuais constantes no contracheque. Os servidores estão sendo comunicados pela PR-4 para apresentarem suas defesas em processos individuais. Os docentes que estiverem nesta situação devem procurar a assessoria jurídica da Adufrj para garantir a permanência do direito.

Tatiana Roque



VIVA UERJ Professores da UFRJ apoiaram ato em defesa da UERJ na terça-feira, 14

ASSEMBLEIA DEFINE ESTRATÉGIAS

■ O corte dos 28,86% foi debatido em assembleia realizada pelo Sintufrj na última terça-feira (14), com a presença dos pró-reitores de Pessoal, Agnaldo Fernandes, e Finanças, Roberto Gambine. “Foram dez anos de ameaças. Agora, eles resolveram executar o corte”, disse Francisco de Assis, coordenador geral do sindicato. A próxima assembleia do Sintufrj está marcada para o dia 21, no Centro de Tecnologia. O objetivo é definir uma agenda política, com negociações e mobilizações em Brasília para reverter o corte.

Arqueóloga faz a diferença

> Trabalho da professora Tânia Andrade ganhou prêmio do jornal O Globo

VALENTINA LEITE

Estudante da ECO/UFRJ e estagiária

Todo arqueólogo sonha encontrar grandes tesouros perdidos. A professora e arqueóloga Tânia Andrade Lima, do Museu Nacional/UFRJ, conseguiu. Seu achado rendeu o prêmio Faz Diferença, do jornal O Globo, na categoria Rio. O tesouro é formado por artefatos da época da escravidão encontrados no Cais do Valongo, na zona portuária. Pedras, miçangas e amuletos religiosos foram escavados e estão em ótimo estado de preservação.

Qual foi o diferencial desse trabalho?

■ Foi um trabalho árduo, mas gratificante. Fomos convocados pelo IPHAN para monitorar a Zona Portuária, na época das obras da revitalização. Sabíamos da importância histórica do local, que é o antigo Cais do Valongo. O diferencial foi que, ao escavar, nos surpreendemos com a tremenda riqueza preservada,



TÂNIA ANDRADE LIMA: “O reconhecimento deve ser dos escravos, suas crenças e costumes”

pois achamos que o local já estaria destruído pelo tempo.

O que há de mais positivo em trazer esse reconhecimento da mídia?

■ Creio que nós, docentes e pesquisadores da UFRJ, trabalhamos pesado e, na maioria das vezes, em condições difíceis. Nossos esforços são pouco reconhecidos e quase não são vistos pela sociedade. Quando uma pesquisa ganha visibilidade, é de grande utilidade. Nem que seja para mostrar uma pequena parte do imenso trabalho que é feito dentro da universidade.

Após mais de 30 anos de dedicação, como foi para a senhora ser premiada?

■ Para mim foi uma grande honra. Mas, para além disso, o reconhecimento deve ser dado aos escravos: suas crenças, costumes e, principalmente, sua força, moldaram a nossa nação. É a cultura do nosso país preservada. Acredito que o prêmio é deles. Eles é que fizeram a diferença.

Mec interfere na reitoria da Unifesp

> Reitora ganhou nos três segmentos da universidade, mas não foi nomeada

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br

A professora Soraya Smaili venceu a reeleição para reitoria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em novembro, mas ainda não foi nomeada para o cargo. Primeira mulher a ocupar o posto, ela ganhou nos três segmentos – docentes, técnicos e estudantes. Sua nomeação está parada no Ministério da Educação (MEC) que concedeu à reitora apenas o status de pro-tempore. Na prática, significa que ela pode ser substituída a qualquer momento.

A justificativa usada pelo MEC é a reclamação de um docente aposentado

da Medicina, Antonio Carlos Lopes, sobre a validade da consulta. Ele afirma que o voto paritário é ilegal porque dá o mesmo peso para estudantes, professores e técnicos. Foi a primeira vez que a Unifesp usou a paridade, incorporada recentemente ao estatuto da universidade. O mal-estar com a interferência fez o único concorrente na eleição, professor Nildo Alves Batista, se recusar a oficializar o nome na lista tríplice.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) acompanha os processos de nomeações de reitores. Por email, a assessoria da Andifes destacou que “o MEC tem nomeado o primeiro nome da lista tríplice enviada pelas instituições.

Entretanto, observa-se há algum tempo demora nos trâmites administrativos”. E informou que em relação à Unifesp “o atual ministro da Educação afirmou à nossa diretoria, que continuará o rito desse processo”.

Ana Maria Estevão, professora da Unifesp na Baixada Santista e diretora do Andes-SP, explica a situação: “A lisura do processo foi referendada pelo Conselho Universitário, não tem discussão”.

MOVIMENTO DOCENTE

Soraya Smaili foi eleita pela primeira vez em 2013 por votação não paritária. A professora atua no movimento docente, com passagem pelas diretorias do sindicato local e nacional.